

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

Aquisição de 3 viaturas elétricas para a Santa Casa da Misericórdia da Maia

ÍNDICE

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO	1
ÍNDICE.....	2
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES INICIAIS	4
Artigo 1.º Definições	4
Artigo 2.º Objeto do Concurso	4
Artigo 3.º Entidade Adjudicante e órgão que tomou a decisão de contratar	4
Artigo 4.º Procedimento de Contratação	4
Artigo 5.º Consulta das Peças do Concurso	4
Artigo 6.º Esclarecimentos e erros e omissões relativos às Peças do Concurso	5
CAPÍTULO II – CONCORRENTES	6
Artigo 7.º CONCORRENTES.....	6
CAPÍTULO III - DOS REQUISITOS A QUE DEVEM OBEDECER AS PROPOSTAS E A.7	7
Artigo 8.º NOÇÃO DE PROPOSTA	7
Artigo 9.º DOCUMENTOS DA PROPOSTA.....	7
Artigo 10.º MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.....	8
Artigo 11.º IDIOMA DOS DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA.....	8
Artigo 12.º PRAZO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.....	8
Artigo 13.º NÃO ADMISSÃO DE PROPOSTAS VARIANTES.....	9
Artigo 14.º PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	9
Artigo 15.º PUBLICAÇÃO DA LISTA DOS CONCORRENTES	9
Artigo 16.º CONTRATO	9
Artigo 17.º CAUSAS DE EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS.....	9
Artigo 18.º ANÁLISE DAS PROPOSTAS.....	9
Artigo 19.º ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS.....	9
Artigo 20.º CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	9
CAPÍTULO IV - DA HABILITAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO	10
Artigo 21.º DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	10
Artigo 22.º ADJUDICAÇÃO DE PROPOSTA APRESENTADA POR UM AGRUPAMENTO	11
Artigo 23.º CAUÇÃO	11
CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS	12
Artigo 24.º ENCARGOS DOS CONCORRENTES	12
Artigo 25.º LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	12
Artigo 26.º PREÇO BASE	12
Anexo I	13
Anexo II.....	14
Anexo III.....	16
Anexo IV.	17

Programa do Procedimento
Aquisição de 3 viaturas elétricas para a Santa Casa da Misericórdia da Maia

Anexo V.....	18
--------------	----

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1.º Definições

Para o efeito do presente PROGRAMA DO PROCEDIMENTO, os seguintes termos, quando utilizados em letras maiúsculas, têm o seguinte significado:

- a) CADERNO DE ENCARGOS – o Caderno de Encargos do Concurso;
- b) CONCURSO – o Concurso Público n.º SCMM_CPN_24_001;
- c) CONTRATO – o Contrato a celebrar na sequência da adjudicação a efetuar no âmbito do Concurso Público;
- d) ENTIDADE ADJUDICANTE – Santa Casa da Misericórdia da Maia
- e) PROGRAMA – o Programa do Procedimento;

Artigo 2.º Objeto do Concurso

O presente CONCURSO tem por objeto a adjudicação de uma proposta para a aquisição de 3 viaturas elétricas para a Santa Casa da Misericórdia da Maia.

O CONCURSO é designado por “Concurso Público para a aquisição de 3 viaturas elétricas para a Santa Casa da Misericórdia da Maia”.

Artigo 3.º Entidade Adjudicante e órgão que tomou a decisão de contratar

1. A ENTIDADE ADJUDICANTE é a Santa Casa da Misericórdia da Maia, com sede na Avenida Visconde de Barreiros, 228, 4470-151 MAIA, com o email geral@misericordiadamaia.com.
2. A decisão de contratar foi tomada pela Mesa Regedora da ENTIDADE ADJUDICANTE, por deliberação tomada a 28 de outubro de 2024, tendo o mesmo Órgão aprovado as peças do procedimento para efeitos de publicação no Diário da República por deliberação de 28 de outubro de 2024.

Artigo 4.º Procedimento de Contratação

1. O procedimento de contratação reveste a forma de concurso público, nos termos da alínea b) do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.
2. O CONCURSO é conduzido por um júri composto por 3 membros efetivos e 2 suplentes, conforme indicado no Anexo I.

Artigo 5.º Consulta das Peças do Concurso

1. Nos termos do disposto no artigo 133º do CCP as peças do procedimento estão disponíveis para consulta ou importação gratuitas na plataforma eletrónica de contratação *Acingov*, no seguinte endereço eletrónico:

Programa do Procedimento
Aquisição de 3 viaturas elétricas para a Santa Casa da Misericórdia da Maia

<http://www.acingov.pt>, desde o envio do anúncio para publicação no Diário da República.

2. As peças do procedimento estarão disponíveis para consulta dos interessados, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo fixado para a apresentação das propostas, podendo ser examinadas, das 10h às 12h e das 14h às 16 horas nas Instalações da SCMM sitas na Avenida Visconde de Barreiros, 228, 4470-151 Maia.
3. Para aceder à plataforma eletrónica *Acingov*, o concorrente deverá efetuar o registo no endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>. Para mais informações, ou dificuldades no uso da plataforma, deverá ser consultado o Serviço de Gestão de Clientes, na mesma, através do número 707 451 451, nos dias úteis das 9h às 19h ou via e-mail para apoio@acingov.pt

Artigo 6.º Esclarecimentos e erros e omissões relativos às Peças do Concurso

1. O órgão competente para prestar esclarecimentos é o Júri do concurso.
2. Qualquer pedido de esclarecimentos deve ser efetuado nos seguintes termos:
 - a) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação *AcinGOV*, na funcionalidade “esclarecimentos/comunicações”, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
 - b) Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados por escrito, através da plataforma eletrónica, na funcionalidade “esclarecimentos/comunicações”, pelo júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar, pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação de propostas.
4. Os erros e omissões do caderno de encargos, detetados pelos interessados, devem ser apresentados ao órgão competente para a decisão de contratar, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
5. O órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, considerando-se rejeitados, os que não sejam por ele expressamente aceites.
6. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores serão disponibilizados e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo imediatamente notificados desse facto, todos os interessados que as tenham adquirido e publicitado na plataforma eletrónica, de acordo com o artigo 50.º do CCP.
7. Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo 50.º do CCP sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
8. As decisões referentes à prorrogação de prazo referidas cabem ao júri, ao abrigo da competência delegada pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto nos artigos 109.º, n.º 1 e 69.º,

n.º 2, do CCP.

9. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

CAPÍTULO II – CONCORRENTES

Artigo 7.º CONCORRENTES

1. Podem apresentar proposta no presente procedimento pessoas singulares ou coletivas e ainda agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre elas exista qualquer vínculo jurídico de associação, nos termos previstos no artigo 54.º do CCP, desde que um dos seus membros tenha sido a entidade convidada para esse efeito.
2. Os membros de um agrupamento de concorrentes não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento de concorrentes.
3. Todos os membros de um agrupamento de concorrentes são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta que vier a ser formulada.
4. No caso de a adjudicação do objeto do procedimento, ser feita a um agrupamento de concorrentes, estes associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
5. É elemento essencial do contrato de consórcio externo, referido no número anterior, a estipulação do regime de responsabilidade solidária passiva perante a entidade adjudicante.
6. O contrato de consórcio externo integra os documentos que farão parte integrante do Contrato, constituindo um anexo do mesmo.
7. Os agrupamentos de concorrentes, na instrução da sua proposta, devem indicar as empresas que constituem e indicar a participação relativa de cada membro do agrupamento ou consórcio, em termos percentuais.
8. Os agrupamentos de concorrentes designarão como seu Representante Comum uma das entidades para o chefiar e representar, que será o único interlocutor da entidade adjudicante e terá, para além das tarefas no seio do agrupamento, o encargo da coordenação dos trabalhos, a qual responderá pela execução e por todos os meios e procedimentos técnicos inerentes à execução do Contrato.
9. No contrato de consórcio convencionar-se-á que os direitos e obrigações dele resultantes não são afetados pelas mudanças de administração ou de sócios dos seus membros e que, no caso de insolvência ou dissolução de qualquer deles, os restantes se comprometem a executar o contrato até ao fim, e nos precisos termos do mesmo.
10. Qualquer alteração da composição ou na liderança do agrupamento concorrente, assim como do regime de responsabilidade definido, terá que ser autorizada pela entidade adjudicante, sob pena de exclusão do

Concorrente e da sua proposta, se ocorrer aquando da apresentação desta, ou de resolução do contrato, se posterior à sua outorga.

11. A insolvência, dissolução ou inabilitação judicial do exercício da atividade social ou profissional do concorrente, ou de qualquer das pessoas singulares ou coletivas que o integram, acarreta a imediata exclusão deste, seja qual for a fase em que o procedimento de formação do contrato se encontre.

CAPÍTULO III - DOS REQUISITOS A QUE DEVEM OBEDECER AS PROPOSTAS E A RESPETIVA ENTREGA

Artigo 8.º NOÇÃO DE PROPOSTA

- 1.** A Proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
- 2.** Para efeitos do presente Programa, entende-se por atributo da Proposta qualquer elemento ou característica da mesma que diga respeito a um aspeto da execução do contrato submetido à concorrência pelo caderno de encargos.

Artigo 9.º DOCUMENTOS DA PROPOSTA

- 1.** A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos, contendo cada um, uma folha de rosto com a respetiva identificação:
 - a)** Declaração do concorrente, ou, no caso de agrupamento, do representante comum dos membros que o integram, se tiver havido designação, ou, não existindo este, de todos os seus membros ou respetivos representantes, de aceitação do conteúdo do CADERNO DE ENCARGOS, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao presente PROGRAMA DO PROCEDIMENTO, do qual faz parte integrante, em formato *.pdf);
 - b)** Caso o concorrente seja um agrupamento, uma declaração segundo o modelo do Anexo III ao presente PROGRAMA DO PROCEDIMENTO, do qual faz parte integrante;
 - c)** Proposta de preço total em conformidade com o modelo Anexo IV ao Programa de Concurso considerando:
 - i.** Preços unitários e preço total que não devem incluir o IVA;
 - ii.** Os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos, e não incluem IVA;
 - iii.** Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos;
 - iv.** Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos;

Programa do Procedimento
Aquisição de 3 viaturas elétricas para a Santa Casa da Misericórdia da Maia

- d) Certidão de Registo Comercial no caso de o concorrente ser uma pessoa coletiva ou Certidão Permanente;
- e) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para os efeitos da definição dos atributos da sua proposta, e os elementos técnicos e outros necessários à apreciação do mérito da proposta tendo em atenção o Critério de Adjudicação.

Artigo 10.º MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1. Os documentos de habilitação dos concorrentes são apresentados num exemplar único, qualquer que seja o número de propostas apresentadas.
2. Os concorrentes devem apresentar a PROPOSTA indicada no Artigo 10.º na plataforma eletrónica mencionado no Artigo 5.º.
3. De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, a declaração referida na alínea a) do n.º 1 do Artigo 10º, bem como a Proposta, deve ser assinada pelo Concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
4. De acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 57.º do CCP, quando a Proposta seja apresentada por um Agrupamento Concorrente, a declaração referida na alínea a) do n.º 1 do Artigo 10º, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
5. Para além da exigência prevista no n.º 4 do presente artigo, devem ser assinados eletronicamente, pelo Concorrente ou por representante legal com poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, todos os documentos solicitados no n.º 1 do Artigo 10º, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, não bastando para o efeito a mera assinatura eletrónica de um ou vários ficheiros de compactação que contenham mais do que um dos documentos exigidos, nos termos do n.º 5 do mesmo artigo.
6. Caso a assinatura eletrónica certificada não possa relacionar diretamente o assinante com o concorrente, é obrigatória a junção de documento comprovativo de demonstração de poderes de representação, nos termos do n.º 7, do artigo 54º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 11.º IDIOMA DOS DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. A proposta e os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos, obrigatoriamente, em língua portuguesa.
2. A documentação técnica pode ser apresentada em língua inglesa.

Artigo 12.º PRAZO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

A PROPOSTA pode ser entregue até às 16.30 horas do 10º dia a contar da data de envio do anúncio para

Programa do Procedimento
Aquisição de 3 viaturas elétricas para a Santa Casa da Misericórdia da Maia

publicação no Diário da República, através da plataforma eletrónica indicada no Artigo 5.º.

Artigo 13.º NÃO ADMISSÃO DE PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de Propostas variantes.

Artigo 14.º PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas mantêm-se obrigatoriamente até 66 dias úteis após o termo do prazo para sua apresentação.

Artigo 15.º PUBLICAÇÃO DA LISTA DOS CONCORRENTES

No dia útil seguinte à data limite para a apresentação das propostas, o Júri procederá à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, nos termos do disposto no artigo 138º do CCP.

Artigo 16.º CONTRATO

Haverá lugar a celebração de contrato escrito, nos termos em que o artigo 94.º do CCP o prevê.

Artigo 17.º CAUSAS DE EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS

As Propostas são excluídas nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos.

Artigo 18.º ANÁLISE DAS PROPOSTAS

1. As Propostas referidas no Artigo 10.º são seguidamente analisadas pelo júri do CONCURSO.
2. Os preços unitários apresentados com mais do que duas casas decimais serão arredondadas à centésima superior quando a milésima for superior ou igual a 5.
3. Decorridas a análise e avaliação das propostas, o júri do CONCURSO elabora um relatório preliminar fundamentado, ordenando as propostas de acordo com o critério de adjudicação previsto no Artigo 20.º.
4. O júri do CONCURSO deve propor, no mesmo relatório, a exclusão das Propostas nos termos do artigo anterior.

Artigo 19.º ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS

O júri do CONCURSO pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para o efeito da análise e da avaliação das mesmas, nos termos do artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 20.º CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade

monofator, preço, enquanto único aspeto de execução do contrato a celebrar.

2. Em caso de empate entre propostas, as mesmas serão ordenadas:

- a.** Menor prazo de entrega.
- b.** Maior prazo de garantia.

3. Subsistindo o empate, é adjudicada a proposta selecionada na sequência de um sorteio de bola branca a desenrolar, presencialmente ou por videoconferência, com os interessados, em data, hora e local, a comunicar pela entidade adjudicante, com antecedência mínima de dois dias, do qual será lavrada ata com todos os presentes.

CAPÍTULO IV - DA HABILITAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO

Artigo 21.º DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 10 dias úteis contados a partir da data de notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- a.** Declaração de habilitação emitida conforme modelo constante do Anexo V ao presente programa do concurso, do qual faz parte integrante;
- b.** Documentos comprovativos de que se encontra nas seguintes situações:
 - i.** Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - ii.** Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c.** Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
- d.** Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente;
- e.** Comprovativo da realização do Registo Central do Beneficiário Efetivo, nos termos do disposto no art.º 36.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE).

2. O documento previsto na alínea d), do número anterior apenas é obrigatório no caso de existirem alterações às inscrições constantes do documento eventualmente apresentado em sede de apresentação de proposta.

3. A apresentação poderá ser substituída por indicação do endereço internet onde aqueles possam ser

Programa do Procedimento
Aquisição de 3 viaturas elétricas para a Santa Casa da Misericórdia da Maia

consultados, bem como da informação necessária à respetiva consulta, nos casos previstos do artigo 5.º da Portaria 372/2017 de 14 de dezembro.

4. Sempre que haja dúvidas sobre o conteúdo ou autenticidade de qualquer documento que tenha sido apresentado, pode ser exigida a exibição do original ou documento autenticado para conferência, dentro de um prazo razoável fixado para o efeito, não inferior a cinco dias úteis.
5. Quando o adjudicatário for um agrupamento os documentos referidos no número anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem.
6. Caso existam irregularidades nos documentos de habilitação apresentados e que sejam suscetíveis de determinar a caducidade da adjudicação, a entidade adjudicante notificará o adjudicatário para as suprir no prazo máximo de cinco dias úteis, contados da notificação para o efeito.

Artigo 22.º ADJUDICAÇÃO DE PROPOSTA APRESENTADA POR UM AGRUPAMENTO

1. Se a adjudicação recair em PROPOSTA apresentada por um agrupamento, as entidades que o compõem, depois de lhe ser notificada a adjudicação, mas antes da celebração do CONTRATO, devem associar-se juridicamente na modalidade de Consórcio Externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
2. O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de líder de Consórcio, devendo ser-lhe conferidos, no mesmo ato, e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas no n.º 1 do artigo 14º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da entidade contratante, e delas dar quitação, quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do CONTRATO.
3. A falência, dissolução ou inabilitação judicial do exercício da atividade social de qualquer das entidades constituintes de um agrupamento ou de um consórcio acarreta a exclusão deste, seja qual for a fase em que o CONCURSO se encontre, se o agrupamento não proceder à sua substituição de acordo com o que se dispõe no ponto seguinte, no prazo de 22 (vinte e dois) dias úteis a contar da data do início do respetivo processo de falência, dissolução ou inabilitação judicial.
4. Qualquer alteração na composição do agrupamento ou consórcio terá de ser autorizado pelo Dono da Obra, sob pena de exclusão do agrupamento do CONCURSO. Para o efeito, o agrupamento deverá apresentar, por escrito, na sede do Dono da Obra requerimento para a sua alteração, assinado por todas as entidades constituintes, incluindo a renunciante, a que a substitui e o motivo da substituição.

Artigo 23.º CAUÇÃO

Não será exigida a prestação de caução, nos termos do n.º 2, alínea a) do artigo 88.º do CCP.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 24.º ENCARGOS DOS CONCORRENTES

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação das propostas e à celebração do CONTRATO constituem encargo dos respetivos concorrentes.

Artigo 25.º LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que for omissa no presente PROGRAMA DO PROCEDIMENTO observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

Artigo 26.º PREÇO BASE

- 1.** O valor para efeito do concurso é de **88. 583,87€ (oitenta e oito mil, quinhentos e oitenta e três euros e oitenta e sete cêntimos)**, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado, correspondendo ao valor máximo que a entidade adjudicante aceita pagar pelo fornecimento dos bens e limita o preço contratual no período máximo de vigência do contrato.
- 2.** A definição do preço base teve como referência consultas informais ao mercado.
- 3.** Das consultas efetuadas não foi divulgado ou obtido qualquer dado que possa ser suscetível de distorcer a concorrência, no entanto as mesmas serão disponibilizadas para consulta presencial, caso solicitadas, após o término do prazo para apresentação de propostas.

Anexo I.

COMPOSIÇÃO DO JÚRI

Nos termos do n.º 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, foram nomeados os seguintes membros do Júri do Concurso para o fornecimento de 3 viaturas para a Santa Casa da Misericórdia da Maia:

1. Membros efetivos:

Maria de Lurdes da Costa Almeida Rebelo Maia

Susana Mónica Campos Monteiro Santos

Marisa Odete Teixeira Nogueira Moreira

2. Membros suplentes:

José Manuel Alves dos Santos

Daniel Moutinho Duarte Portela

Anexo II.

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CONTEÚDO DO CADERNO DE ENCARGOS

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

a) *****

b) *****

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de

Programa do Procedimento
Aquisição de 3 viaturas elétricas para a Santa Casa da Misericórdia da Maia

privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

[Assinatura do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente nos termos do disposto nos números 2 e 3 do Artigo 10.º]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo III.

DECLARAÇÃO PARA A IDENTIFICAÇÃO DE AGRUPAMENTOS

F _____ (*Identificação dos representantes legais das empresas constituintes do agrupamento*), titulares dos bilhetes de identidade n.ºs _____, na qualidade de representantes legais de

_____, tendo tomado conhecimento das condições estabelecidas para o “Concurso Público de _____”, declaram, sob compromisso de honra que, em caso de adjudicação, se constituirão em consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, em que a constituição do agrupamento será a seguinte:

Empresa	Sede	N.º de Telefone	N.º de Fax	% participação no agrupamento

Declaram ainda que se assumem solidariamente responsáveis pelo perfeito e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas no âmbito do presente CONCURSO, que aceitam a exigência de autorização prévia da

_____, para efetuar qualquer alteração na composição do agrupamento ou na sua liderança ou ainda nos dados fornecidos nesta declaração, sob pena de exclusão.

[Local e data]

[Assinatura do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente nos termos do disposto nos números 2 e 3 do Artigo 10.º]

Anexo IV.

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, morada de sede, número de matrícula na Conservatório do Registo Comercial e número de pessoa coletiva ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, moradas de sede, número de matrícula na Conservatório do Registo Comercial e número de pessoa coletiva), depois de ter tomado inteiro conhecimento do objeto e âmbito do procedimento de **Concurso Público n.º SCMM_CPN_24_001 (Concurso Público para a aquisição de 3 viaturas elétricas para a Santa Casa da Misericórdia da Maia)**, e de todas as condições estabelecidas no respetivo Caderno de Encargos e restantes peças patenteadas, propõe-se fornecer os bens, que constituem o objeto do processo, pelo preço global de ... (valor €), ... (valor por extenso), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de... (taxa), que corresponde aos seguintes preços unitários: _____

Tipo	Quantidade	Preço Unitário	Preço Global
Viatura Ligeira de mercadorias 100% elétrica	1		
Viatura Ligeira de mercadorias 100% elétrica adaptada para Serviço de Apoio Domiciliário	2		

Prazo de entrega das viaturas:

Garantia:

..... (local), (data)

(assinatura)

Anexo V.

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura

(5)]. [Local e data]

[Assinatura do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente nos termos do disposto nos números 2 e 3 do Artigo 10.º]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º